



CRISE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL¹ E GESTÃO POLÍTICA: O CASO SILVIO ALMEIDA E OS DESAFIOS DO GOVERNO LULA

RESUMO

Este artigo analisa a crise de comunicação institucional enfrentada pelo governo Lula em 2024, decorrente das denúncias de assédio sexual contra Silvio Almeida, então ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania. Utilizando teorias como a gestão de crises de Coombs (2007), o ciclo de vida das crises de Fink (1986) e o conceito de espaço público de Habermas (1997), o estudo identifica falhas estratégicas na resposta governamental, como a lentidão na comunicação, a ausência de protocolos preventivos e a fragmentação da narrativa. Propõe estratégias digitais para mitigar impactos, incluindo transparência, campanhas de prevenção ao assédio, fortalecimento de canais de denúncia e gestão proativa das redes sociais. Conclui-se que a crise expôs a necessidade de reformas institucionais para promover integridade e governança ética, além de reforçar a comunicação como ferramenta central para preservar a credibilidade governamental.

Palavras-chave: Comunicação Institucional; Gestão de crises; Governo Lula; Silvio Almeida; Estratégias digitais.

1. A Comunicação Institucional em Tempos de Crise: O Caso Silvio Almeida

Em setembro de 2024, denúncias de assédio sexual contra Silvio Luiz de Almeida, advogado, filósofo e então chefe do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), ganharam ampla repercussão nacional. As acusações, apresentadas pela Me Too Brasil, referiam-se a episódios ocorridos em 2023 e incluíam a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, como uma vítima.

¹ Comunicação Institucional refere-se ao conjunto de estratégias adotadas por uma organização para gerenciar sua imagem e reputação, especialmente em situações críticas, visando assegurar transparência, coerência e diálogo com os públicos interessados (COOMBS, 2007).

² Universidade Federal do Maranhão

³ Professoras da Disciplina Seminário de Tópicos em Comunicação
Revista Cambiassu, v. 21, n. 36 – Jan./Jun. 2026



O episódio não apenas comprometeu a credibilidade da gestão presidencial, mas também evidenciou fragilidades na comunicação oficial, especialmente no ambiente digital. A intensa repercussão nas redes sociais ampliou os impactos da crise e ataques ao governo. Influenciadores digitais de diversos espectros políticos amplificaram o debate. Perfis ligados à oposição usaram o caso como arma política, aliados enfrentaram dificuldades para adotar um posicionamento claro diante das denúncias.

A divisão entre apoiadores ficou evidente: uma parte defendeu Silvio Almeida, enquanto a outra parte cobrou respostas mais firmes do presidente e das lideranças governamentais.

Diante desse cenário, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) precisou agir para minimizar os danos à imagem do governo. Foram emitidos comunicados oficiais reafirmando o compromisso com investigações transparentes e o respeito às vítimas. No entanto, a resposta tardia gerou críticas e consolidou a percepção de que o governo buscava minimizar a gravidade do caso.

Este trabalho tem como objetivo analisar o posicionamento do Governo Federal frente à crise gerada pelas denúncias contra Silvio Almeida e propor estratégias digitais para mitigar os impactos sociais e políticos decorrentes desse episódio, preservando a credibilidade da gestão presidencial.

2. Do Escândalo à Queda: A Construção da Crise de Silvio Almeida na Mídia e nas Redes Sociais

Quando as acusações contra Almeida vieram a público, foi destacado na nota do Me Too Brasil que as vítimas encontraram dificuldades para obter apoio institucional na validação de suas denúncias e que a equipe do presidente Lula já tinha conhecimento de relatos da conduta de Almeida — fato que foi apurado e confirmado, segundo a jornalista Daniela Lima (G1, 2024). O que também chamou a atenção foi o poder hierárquico de uma das vítimas, a então e atual ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Segundo apuração da CNN (2024), Anielle relatou a membros do governo que foi alvo de assédio do ministro. Anielle manifestou-se publicamente em entrevista exclusiva à Revista VEJA, um mês depois da publicação da nota pública do Mee Too Brasil.



O envolvimento de figuras centrais no governo, como Anielle Franco, gerou tensões internas e especulações sobre possíveis divisões no gabinete de Lula. Isso comprometeu a unidade da equipe, especialmente em áreas diretamente relacionadas aos direitos humanos e à igualdade.

Tal impacto sobre a imagem pública foi explorado pela oposição, que apontou incoerências entre as políticas defendidas pelo governo e as práticas de seus integrantes. Movimentos sociais e feministas, que são tradicionalmente bases de apoio do governo, também expressaram críticas e cobraram maior transparência e firmeza na resolução do conflito.

Almeida foi exonerado na manhã seguinte do dia que suas supostas condutas vieram a público, como uma resposta de demonstração da política de combate ao assédio e defesa das mulheres do Governo Lula, ao mesmo tempo que o presidente prometeu lisura na apuração e julgamento do caso, respeitando as supostas vítimas e dando a chance de defesa a Almeida. A atitude, porém, não foi suficiente para conter as narrativas de opositores políticos, que ganharam força ao atacar a reputação do Governo.

A circulação das denúncias e a participação ativa do público na construção e disseminação das narrativas ilustra o conceito de Cultura da Convergência (JENKINS 2009), que descreve a dinâmica do público influenciando dinâmicas institucionais por meio das redes sociais.

Sob a perspectiva teórica de Coombs (2007), a gestão da crise por parte do governo Lula destaca tanto as forças quanto as fragilidades da resposta oficial. A exoneração de Almeida foi um movimento estratégico para mitigar os danos, mas a crise revelou a necessidade de uma abordagem mais proativa e alinhada para o enfrentamento de acusações dessa magnitude.

O conceito de “ciclo de vida das crises”, de Fink (1986), ajuda a avaliar o impacto ao longo do tempo desse caso. Segundo o autor, crises institucionais geralmente atravessam quatro estágios: a) prólogo ou incubação (a denúncia foi feita em setembro de 2024, mas os eventos relatados datam de 2023, o que indica um período de incubação prolongado antes da sua exposição pública); b) impacto agudo (a repercussão inicial ocorreu em um curto intervalo de tempo, mas sua intensidade gerou pressões imediatas

no governo); c) confrontação ou contenção (a exoneração de Silvio de Almeida e a abertura de investigações marcam o início da contenção, mas a falta de decisões mais efetivas estende a crise); d) a resolução ou reconstrução (a conclusão das investigações será o marco decisivo para o governo superar ou prolongar o impacto do conflito gerado).

Sob a abordagem teórica de Habermas (1997) sobre o “espaço público”, a ambiência digital amplificou a crise e exigiu respostas rápidas e éticas. O que nos leva a reflexões profundas sobre crises políticas e institucionais, especialmente no que se refere à sua duração, impactos sobre o governo e riscos futuros. De acordo com Coombs (2007), na teoria da gestão de crises, a resposta inicial a uma crise define sua trajetória e impacto. A reação rápida e transparente pode mitigar danos, enquanto uma resposta hesitante pode amplificar as consequências.

No caso de Silvio Almeida, a exoneração quase imediata foi uma tentativa de conter os danos, mas a falta de clareza e comunicação inicial deixou espaço para especulações. As consequências vão desde a diminuição da confiança até a ruptura com bases de apoio, prejudicando a governabilidade e a capacidade de projetar sucessores.

A crise introduziu riscos de longo prazo relacionados à fragmentação da base de apoio político e à percepção de inconsistência ética. Caso novas denúncias surjam, o caso pode se prolongar ou ganhar contornos mais graves, enfraquecendo ainda mais o governo. A manutenção da confiança de movimentos sociais e feministas dependerá de ações concretas para enfrentar a questão do assédio e promover políticas de proteção às vítimas.

À luz das teorias discutidas, o caso de Silvio Almeida é um divisor de águas que desafia a coerência política do governo e expõe a necessidade de ações estratégicas para mitigar seus efeitos e evitar riscos futuros à governabilidade e à legitimidade.

3. Erros Estratégicos e Falhas de Comunicação: Como o Governo Perdeu o Controle da Narrativa

A crise evidenciou as fragilidades na comunicação do Governo. As consequências envolveram o abalo na credibilidade do Governo, que passou a sofrer críticas tanto da oposição quanto de setores de sua própria base, levando a questionamentos sobre sua capacidade de gerenciar crises éticas.



Esse cenário introduz riscos de longo prazo relacionados à fragmentação da base de apoio político e à percepção de inconsistência ética. Caso surjam outras denúncias, novas crises podem acontecer e até mesmo ganhar contornos mais graves, enfraquecendo ainda mais o Governo.

A exoneração de Almeida sinalizou que o Governo não toleraria condutas inapropriadas e demonstrou seriedade e compromisso com a ética. Esse posicionamento foi reforçado pela postura institucional de acionar órgãos como a Polícia Federal (PF), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), garantindo uma investigação formal e imparcial. Ao enfatizar que as instituições fariam o trabalho de apuração, o Governo evitou dar a impressão de que estava protegendo ou atacando o ex-ministro sem evidências conclusivas.

Lula também reforçou que o Governo não permitiria que figuras acusadas de assédio permanecessem no cargo, consolidando uma imagem de intolerância a abusos e favorecendo a credibilidade pública, reflexo de um padrão ético tão maciçamente defendido pelo Governo Lula. O que nos põe de frente com outra bandeira difundida: a preservação das políticas públicas, garantida pela continuidade do trabalho do MDH e mostrando que a crise não desviaria a atenção do Governo das pautas de direitos humanos.

Em contrapartida, a falta de uma comunicação preventiva ajudou a fomentar o clima de desconfiança. A ciência de denúncias desde 2023 pela equipe de Lula indica a falha de abordagem prévia do Governo, a qual poderia evitar a crise e o impacto negativo dela na imagem governamental. A hesitação ou escolha de não apurar os rumores sobre Almeida gerou uma percepção de negligência. A falta de ação em meio criou uma crise de confiança no Governo e nas pautas defendidas pelo MDH.

A exoneração de Almeida, ainda que assertiva, gerou críticas sobre sua escolha para o cargo, vista como o possível erro inicial desta crise. Caso os rumores anteriores já fossem conhecidos, nomear Almeida sem apuração prévia seria um erro estratégico. Ao que tudo indica, não houve verificação pública de antecedentes ou consulta a eventuais relatos sobre condutas inadequadas para nomeação dos ministros.

Ao diagnosticar os erros cometidos, identificamos que a crise foi agravada por uma combinação de fatores, como falhas no protocolo, erros específicos e aspectos de má



gestão. Essas falhas no gerenciamento da crise refletem despreparo, evidenciado pela ausência de canais confiáveis e acessíveis que permitissem a realização de denúncias de forma segura dentro do Governo. Isso contribuiu para que a crise chegasse a um ponto crítico, pois também não se verificou um protocolo contundente de investigação preventiva ou ações disciplinares prévias. O Governo agiu após as denúncias ganharem ampla repercussão.

O Governo reagiu à crise de forma passiva, lidando com suas consequências sem estruturar medidas de combate ao assédio em cargos públicos. Em vez de buscar soluções preventivas, concentrou-se na gestão imediata da crise. A demora em escutar as vítimas, somada à atuação das instituições do Governo, que não conseguiram conter as críticas, evidenciou a ausência de um posicionamento direto para garantir que as vítimas fossem ouvidas de forma proativa.

A má gestão da crise pode ser percebida por um foco excessivo na defesa institucional. Apesar de ser necessário proteger a imagem do governo Lula, houve uma insuficiência de sinais de esforço em tratar o problema que gerou a crise: assédio e importunação sexual cometida por atores políticos da base da presidência. Isso permitiu que a oposição política e a mídia controlassem a narrativa, pois não foi apresentada nenhuma proposta de políticas para combater assédio em órgãos públicos, o que enfraqueceu a resposta governamental.

A crise foi agravada por falhas no controle de rumores, erros na nomeação e ausência de protocolos claros para prevenir e responder a casos de assédio. Embora o Governo tenha tentado fortalecer sua imagem ética com a exoneração de Almeida, a falta de transparência na apuração do caso manteve o desgaste junto aos movimentos feministas. Para evitar novas crises, é essencial adotar medidas preventivas estruturais, criar canais acessíveis para denúncias e esclarecer a sociedade o comprometimento do Governo Lula com as pautas que defende.

4. Gestão de Crises no Ambiente Digital: Estratégias para Respostas Eficazes

Superar uma crise envolvendo assédio em um governo exige uma abordagem estratégica que priorize transparência, integridade e confiança pública. A aplicação de



objetivos contundentes é necessária para resolver esse problema e reconstruir a credibilidade do Governo.

Para tanto, é importante estabelecer um compromisso público com a ética e os direitos humanos com o objetivo de reafirmar a defesa do Governo em prol da integridade desses direitos, emitir declarações públicas reconhecendo a gravidade da crise e destacar o compromisso com a justiça, bem como fortalecer a comunicação direta com a sociedade, enfatizando que todos os casos serão tratados com rigor.

A criação e implementação de um protocolo de prevenção e resposta ao assédio no serviço público, com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro, ético e transparente nos órgãos governamentais, é outra estratégia a ser adotada. Além de disponibilizar canais independentes e seguros para que vítimas possam denunciar assédios sem medo de sofrer retaliações, incluindo o treinamento de gestores e equipes sobre prevenção e combate ao assédio, incluindo educação em ética e direitos humanos.

Demonstrar que o governo não tolera abusos e que as denúncias serão tratadas com seriedade e imparcialidade, realizando investigações transparentes e imparciais, ao assegurar que a PF, a CGU e outros órgãos responsáveis conduzam investigações de maneira independente, tornando públicas as conclusões das investigações e respeitando a privacidade das vítimas, para reforçar a confiança no processo.

Uma campanha nacional de prevenção ao assédio também pode promover mudanças culturais em instituições públicas e privadas, ampliando o combate ao assédio sexual e moral em todos os setores, envolvendo lideranças políticas e sociais na divulgação, fortalecendo o compromisso coletivo e oferecendo apoio psicológico e jurídico para vítimas, destacando o papel do Estado como garantidor de direitos.

Também é necessário reforçar a imagem institucional do Governo para reconstruir a confiança pública e proteger sua credibilidade, fortalecer a atuação do MDH e demonstrar que a agenda de direitos humanos permanece prioritária ao substituir a liderança do MDH por alguém com forte histórico de ética e compromisso com a causa.

Implementar medidas estruturais para evitar crises futuras, tais como a criação de um comitê permanente de monitoramento e prevenção do assédio no Governo Federal é



fundamental, além de exigir análises éticas e comportamentais rigorosas antes de nomeações para cargos públicos de alto escalão e estabelecer um programa de integridade que inclua auditorias regulares sobre condutas e práticas em órgãos públicos.

Já no âmbito das estratégias de comunicação, devemos levar em conta que em uma crise, bem como em todo processo da gestão, a comunicação deve ser transparente, consistente e ágil para reforçar a confiança pública e demonstrar compromisso com a solução do problema. Estabelecer uma rotina de *briefings* para divulgar avanços nas investigações e medidas tomadas já é um primeiro passo rumo a uma comunicação mais assertiva, reforçada pela promoção de coletivas de imprensa para elucidar informações, evitar especulações e divulgar prazos e resultados das investigações de forma objetiva.

Tal estratégia é ainda mais eficaz ao se escolher representantes confiáveis e bem preparados para comunicar as ações do Governo, a fim de estabelecer uma narrativa unificada que reforce o compromisso com ética, direitos humanos e a proteção das vítimas, promovendo respostas padronizadas, baseadas em fatos para lidar com boatos ou informações incorretas.

É imprescindível demonstrar empatia e solidariedade com as vítimas de assédio, fortalecendo a confiança no Governo ao promover falas de apoio às vítimas por meio de lideranças governamentais, reforçando que elas são ouvidas e protegidas, além da ampla divulgação dos canais disponíveis para denúncia de assédio e suporte às vítimas com apoio psicológico e jurídico, demonstrando que o Governo está investindo em serviços de acolhimento para as pessoas afetadas.

Urge implementar uma política de gestão de crises nas redes sociais, com o objetivo de controlar a narrativa em espaços onde o impacto da crise pode ser amplificado. Para isso é fundamental responder a perguntas e críticas de forma objetiva, combatendo *fake news*; publicar posts educativos sobre como prevenir e denunciar casos de assédio e até mesmo trabalhar com aliados estratégicos, como influencers digitais criteriosamente selecionados, que possam, de fato, amplificar a mensagem de compromisso ético do Governo.

5. Protocolos para a Gestão de Crises Políticas e Comunicação de Emergência



Para lidar com crises, é necessário planejamento e ação. De forma eficaz, ações preventivas reduzem os danos de uma futura crise. Para que episódios como o de Almeida ocorram com menos frequência no Governo, seria necessário a criação de um comitê multidisciplinar permanente de gestão de crises, composto por representantes de áreas estratégicas e setores sensíveis da organização, com a responsabilidade de identificar potenciais riscos, propor medidas de mitigação e coordenar a implementação de soluções.

Como parte das ações desse comitê, prevemos a realização de capacitações regulares com equipes do Governo, abordando temas como comunicação em tempos de crise, gerenciamento de conflitos e análise de cenários, buscando prevenir adversidades e criar uma cultura organizacional resiliente, onde os líderes e servidores estivessem aptos a agir com segurança e assertividade. No entanto, é necessária uma abordagem consciente e estudada dos temas que possam gerar situações críticas, pois elas vão além da comunicação. Quando há um problema de comunicação no Governo Federal, existe uma questão anterior que gera o problema de comunicação.

A ação de análise e prevenção de situações críticas do comitê seria parte de um protocolo de gestão de crise, no qual ficaria definido o funcionamento das diretrizes estratégicas do Governo para essas situações. Este protocolo teria como base a experiência acumulada, não partindo apenas do caso Almeida, mas com um estudo pgresso de outras instabilidades enfrentadas pelos governos brasileiros, com um olhar histórico para entender suas origens, ações realizadas durante a tribulação, as consequências das ações ou inações de contenção e seu efeito posterior.

O protocolo poderia vir estruturado de forma a contemplar tanto medidas preventivas quanto ações corretivas, com o objetivo de garantir que o Governo esteja preparado para responder de forma rápida e eficaz a situações adversas, espelhando a imagem que a instituição quer reproduzir com as ações trabalhadas por ele.

Para trabalhar o acompanhamento e avaliação das ações implementadas, poderia ser instituído um sistema integrado de monitoramento, com foco na análise de resultados e no ajuste das estratégias, quando for necessário. Esse sistema teria indicadores de desempenho e ferramentas de coleta de dados como sua base.



O trabalho de análise da opinião pública sobre assuntos relacionados ao trabalho do comitê, em especial de *stakeholders* acompanhados pelo Governo, deve ser levado em conta no momento da definição das estratégias. Quando possível, o diálogo e interação direta ajudará a maior exatidão e aprofundamento dos dados. Por meio dessas abordagens, seria possível identificar não apenas os avanços alcançados, mas também eventuais lacunas ou necessidades de aprimoramento, permitindo uma gestão responsiva e alinhada às expectativas dos diferentes agentes da sociedade civil.

Além disso, tal protocolo incluiria diretrizes específicas para a comunicação em momentos de crise, com foco em garantir transparência, consistência e agilidade na troca de informações com os públicos internos e externos. Estratégias como a implementação de canais exclusivos de diálogo, a realização de briefings regulares com a mídia e a publicação de comunicados detalhados e acessíveis são componentes essenciais para preservar a confiança da população no Governo e mitigar o impacto de boatos ou informações desencontradas.

Por fim, o Governo Federal deve comprometer-se a adotar uma postura de responsabilidade e aprendizado contínuo diante de cada crise, utilizando os resultados das análises e monitoramentos para aprimorar suas políticas e práticas institucionais. Essa abordagem visa fortalecer a capacidade do Governo em prevenir e gerenciar situações futuras, bem como consolidar um ambiente de confiança e cooperação com todos os envolvidos.

6. Transparência e Governança: Lições da Crise Silvio Almeida para o Governo Federal

O caso envolvendo as acusações de assédio contra Almeida representou um momento crítico para o Governo Lula, expondo fragilidades na gestão de crises e na prevenção de condutas inadequadas dentro da administração pública. A ministra Anielle, após a saída de Almeida dos quadros da Gestão, expressou apoio às vítimas e elogiou a decisão do presidente. Embora houvesse o apoio de parte da base aliada, com o reforço ao discurso de tolerância zero ao assédio, a condução do caso revelou lições valiosas sobre como lidar com situações de alta sensibilidade política e social.



A resposta do Governo necessitou de uma estratégia mais estruturada e precautória. A ausência de mecanismos robustos para antecipar e gerir denúncias de assédio evidenciou a necessidade de reformas institucionais que fortaleçam a governança ética. Um plano de contingência bem definido, canais de denúncia eficazes e independentes, além de uma política de comunicação proativa, poderiam mitigar os danos à imagem do Governo e proporcionar um apoio mais efetivo às vítimas.

O caso destacou também a importância das ações irem além da punição individual. Crises como esta exigem mudanças estruturais para a promoção de uma cultura de integridade no setor público. Implementar medidas permanentes, como auditorias regulares, treinamentos obrigatórios e a criação de um conselho de ética independente poderia ter transformado o episódio em um marco positivo na luta contra o assédio.

Outro aspecto essencial que pudemos destacar foi a necessidade de melhor gestão da comunicação institucional. Um discurso mais unificado e uma atualização constante da sociedade sobre as investigações e as medidas tomadas teriam reforçado a confiança pública no Governo e evitado especulações. Além disso, a escolha de lideranças respeitadas para ocupar posições de destaque é essencial para manter a estabilidade em momentos turbulentos.

Por fim, a maior lição que se pode extrair deste episódio é que a prevenção é sempre o melhor caminho. Governos devem atuar com visão estratégica, antecipando riscos e implementando políticas precautórias para garantir que situações similares não se repitam. A liderança não é apenas medida pela capacidade de reação, mas, sobretudo, pela habilidade de construir um ambiente ético, justo e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

COOMBS, W. Timothy. Protegendo a reputação da organização durante uma crise: o desenvolvimento e a aplicação da teoria da comunicação situacional de crise. *Corporate Reputation Review*, v. 10, n. 3, p. 163-177, 2007.

FINK, Steven. *Crisis Management: Planning for the Inevitable*. Nova York: American Management Association, 1986.



HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.

Modelos e teorias para melhorar o gerenciamento de crises. Disponível em: <https://pt.smartsheet.com/content/crisis-management-model-theories>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ME TOO Brasil. Nota Pública 050924. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/artigos/nota-publica-050924>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BBC Brasil. Quem é Silvio Almeida, ministro acusado de assédio sexual. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3w605gwx2xo>. Acesso em: 30 dez. 2024.

El País. El presidente Lula destituye al ministro de Derechos Humanos tras ser denunciado por acoso sexual. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-09-06/una-acusacion-por-acoso-sexual-contr-un-ministro-de-lula-sacude-al-gobierno-de-brasil.html>. Acesso em: 8 jan. 2025.

CNN Brasil. Quem é Silvio Almeida, ministro acusado de assédio sexual. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-silvio-almeida-ministro-acusado-de-assedio-sexual/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Brasil de Fato. Silvio Almeida é demitido após denúncias de assédio sexual. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/06/silvio-almeida-e-demitido-apos-denuncias-de-assedio-sexual>. Acesso em: 4 jan. 2024.

VEJA. Anielle fala pela primeira vez sobre caso de assédio: “Eu só queria que parasse”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/anielle-fala-pela-primeira-vez-sobre-caso-de-assedio-eu-so-queria-que-parasse>. Acesso em: 4 jan. 2024.

G1. Silvio Almeida é exonerado do governo após denúncias de assédio sexual. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/09/06/silvio-almeida-e-exonerado-do-governo-apos-denuncias-de-assedio-sexual.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2024.